

PMDB define programa econômico e propõe "choque de produção"

por José Casado
de Salvador



Waldir Pires

Se eleitos, os candidatos do PMDB na sucessão presidencial, Ulysses Guimarães e seu vice Waldir Pires, assumem o poder com um programa econômico cujas diretrizes já estão definidas pelo partido.

Elas foram apresentadas por Pires a uma platéia de empresários, na Associação Comercial da Bahia e têm esses aspectos básicos:

- Uma "dura negociação" com os credores internacionais sobre o valor real da dívida externa a ser paga. A premissa, segundo Pires, é a "prioridade absoluta" ao financiamento da retomada do desenvolvimento econômico nacional. Adverte: "A moratória deve ser entendida como um instrumento de negociação, não de enfrentamento".

"Nossa geração não tem o direito de errar mais"

- O País "será aberto" ao capital estrangeiro. A visão do PMDB — disse — "é a de que temos regras boas nessa área e o capital externo pode vir a ajudar muito na retomada do crescimento econômico".

- Haverá um "choque de produção", definiu. E explicou: vai ser um conjunto de medidas econômicas para "imediate estímulo ao crescimento do emprego, à melhoria da renda, rápido aumento do giro da economia e fortalecimento do mercado interno".

- Vai haver, também, uma "redução do número de empresas estatais". Justificativa: "Na década de 60, tínhamos apenas 60 empresas estatais; os governos autoritários aumentaram esse número para mais de 500 através de mil formas diferentes de clientelismo. Vamos acabar com isso e cumprir o princípio da livre iniciativa que, pela primeira vez, está na Constituição, no artigo 1º, com todos os seus valores".

- Uma política monetária será desenhada e executada com o objetivo "prioritário" de reduzir as taxas de juros.

Há, porém, um problema crucial da economia, cuja alternativa de solução não deverá ser divulgada "nem por mim, nem por Ulysses, nem pelos técnicos do partido", conforme disse o candidato à vice-presidência da República. Trata-se da gigantesca dívida interna pública.

"Não sei, nem o Ulysses sabe, se é o caso de ficarmos detalhando nossa estratégia para a dívida interna. É razoavelmente perigoso ficar falando nisso", observou.

Na essência, as linhas básicas desse programa

econômico enunciado por Pires refletem a negociação política entre as duas facções que conquistaram a hegemonia no PMDB, que resultou na composição da chapa para esta eleição presidencial.

"Nossa geração não tem o direito de errar mais", argumenta, acrescentando: "Não creio que um País em uma situação conflitiva como a que temos hoje possa ter tranquilidade para operar uma construção democrática. É preciso ter bem claro que não há consolidação democrática na recessão. E por isso precisamos, realmente, de um choque de produção".

E uma expressão de sentido amplo, muito usada pelo novo presidente da Argentina, Carlos Saúl Menem, em sua campanha eleitoral, para definir o objetivo central de seu programa de governo. Menem inspirou-se nas idéias do economista Lawrence Klein, prêmio Nobel, cujo esboço foi publicado no Brasil, em outubro passado, pela revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas — Rio de Janeiro. Pires, no entanto, diz que "não sabia" disso.

Política monetária com objetivo de reduzir as taxas de juros

Observa que se trata, na realidade, de reconhecer que "o Brasil perdeu a Revolução Industrial, no século passado, perdeu a segunda revolução, na metade deste século, e está na iminência de perder a nova revolução tecnológica, que vai marcar o começo do próximo milênio".

A proposta do PMDB, indica, está direcionada para prioridade a tudo aquilo que resulte em rápida "melhoria das condições de vida da população".

Indaga: "Temos que, para isso, resolver essa altíssima taxa de inflação, mas como resolver essa inflação com a taxa de juros que temos aí? Como estimular a produção com esses juros?"

E responde: "O déficit público, que causa essa inflação, tem origem nos juros da dívida interna. O nosso diagnóstico mostra que se pegarmos, por

exemplo, a execução orçamentária de 1988 (da União), vamos ver que a totalidade das despesas do Estado é menor que a arrecadação tributária. O déficit aparece quando colocamos os encargos da dívida interna".

"Vamos buscar capital para financiar o projeto interno"

"É preciso ver", continua, "que não existe nenhuma economia capitalista no mundo que tenha sido vitoriosa com o povo indo mal. O nosso dever primordial, essencial mesmo, é com o povo, com o financiamento da educação, da saúde, da infra-estrutura, etc. Como é possível continuar pagando a dívida externa com 40 milhões de analfabetos? Vamos negociar como pagá-la sob essa diretriz".

Acréscita: "Nessa negociação externa vamos buscar capital para financiar o projeto interno de desenvolvimento, dando margem ao governo para solucionar o peso da dívida interna nas suas contas. Isso, junto com maior nível de investimentos nacionais e estrangeiros e pleno aumento da produção e do emprego vai tornar viável cortarmos essa inflação enorme, com muita rapidez".

Haverá uma "mudança fundamental" nos princípios de comando do Estado, adverte. "Vamos ter, realmente, austeridade, moralidade e decisão", promete. Aproveita para fazer uma crítica direta ao presidente José Sarney: "O poder não pode continuar a ser exercido pelos não respeitáveis, pelos hesitantes e pelos vacilantes".

Diante de uma platéia silenciosa, na noite da última quinta-feira, em Salvador, fez questão de exemplificar: "Não podemos continuar tendo situações como essa, que descobri na semana passada, e que é um crime contra a população baiana. Há mais de sete meses, o Banco Mundial liberou US\$ 70 milhões para programas de saúde na Bahia, de combate à doença de Chagas e à esquistossomose. Um ministro da Saúde, atendendo a pedido de algumas pessoas adversárias do meu governo, fez esse dinheiro ficar escondido e só agora começam as liberações. É um crime, os responsáveis deveriam estar na cadeia".

Na época, o ministro da Saúde era o paranaense Borges da Silveira, deputado pelo PMDB e amigo do principal adversário de Pires, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Procurado com insistência na sexta-feira por este jornal, Borges da Silveira não foi localizado.

Encontrava-se em viagem à Argentina, segundo assessores.

As distorções na administração pública federal — criticou — chegaram ao limite da "manipulação" da opinião pública. "Tentasse, por exemplo, culpar a nova Constituição pela quebra da Previdência Social. Não é verdade. Eu tenho o dever de conhecer a situação da Previdência, porque fui ministro. E só pegar as contas e ver: a soma das despesas de benefícios sociais, de aposentadorias e pensões, que no início dos anos 80 representava 4% do Produto Interno Bruto (PIB), caiu para 2,14% em 1988 e, conforme as projeções que tinha no ministério, durante a minha passagem, seria de 1,8% do PIB neste ano".

"O déficit da Previdência está na manipulação"

"Do total de aposentados e pensionistas", prosseguiu, "84% recebem até um salário mínimo e, se ampliarmos para a faixa de até três salários mínimos, pegamos 95% do total de aposentados e pensionistas".

O déficit da Previdência, portanto, está na fraude, na manipulação, na desonestidade".

Acusou: "O déficit surge quando se concede ao ministro da Previdência Social que ele cometa fraudes, como a aposentadoria de sua família da forma mais corrupta. Aí não dá mesmo. A fraude na Previdência, hoje, é brutal. A nova Constituição não aumentou as despesas. Se aplicada inteiramente representará somente 3,6% a 3,7% do PIB. O que temos a fazer, então, é uma revolução moral, para resgatar o Estado brasileiro da corrupção".

Jader Barbalho, ministro da Previdência Social, líder do PMDB no Pará e adversário político de Waldir Pires, não foi localizado por este jornal, na sexta-feira, para responder às acusações. Seus assessores informaram que ele se encontrava em uma fazenda, no interior do Pará, incombustível.

A questão central do País, atualmente, que o programa econômico do PMDB tenta responder — segundo Pires — é a de que Brasil os brasileiros desejam no futuro imediato. "Queremos uma sociedade de livre mercado ou vamos continuar com essa economia em que só 10% da população têm mais da metade da renda? Qual é o projeto nacional, uma enorme Bangladesh ou Etiópia? Estamos convencidos de que não e acreditamos que vamos ganhar a eleição com essa proposta", concluiu.